



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2025
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 039/2025

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 04.812.292/0001-18, representada neste ato pelo presidente do Poder Legislativo Municipal Vereador Sr. **Tullio Ian Marangoni de Moraes**, inscrito no CPF sob o nº 106.264.876-50, por meio do setor de contratações públicas da Câmara Municipal de Nepomuceno realizará inexigibilidade, com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. Comunicamos que a presente contratação direta possui como objetivo a contratação de serviços de consultoria técnica especializada para a revisão da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno, bem como, a revisão e reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Legislativo de Nepomuceno, como previsto no Termo de Referência – Anexo I, as informações relativas à contratação podem ser consultadas no Termo de Referência disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/pt-br), bem como, atentar-se, também aos prazos e condições de participação previstos no informativo a seguir:

INFORMAÇÕES A RESPEITO DA INEXIGIBILIDADE
DATA DO INÍCIO DA RECEPÇÃO DAS DOCUMENTAÇÕES 29/10//2025
PLATAFORMA PARA ENVIO DAS DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO E DE PROPOSTA COMERCIAL propostacomercial@camaranepomuceno.com.br
PUBLICAÇÃO DO AVISO DE CONTRATAÇÃO Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br) Site Oficial da Câmara Municipal de Nepomuceno (www.nepomuceno.mg.leg.br) Mural Público da Câmara Municipal de Nepomuceno
DO PREÇO MÉDIO (GLOBAL) R\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais)
ANEXOS ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL ANEXO III - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ANEXO IV - DECLARAÇÃO CONJUNTA ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

Nepomuceno, Minas Gerais, 29 de outubro de 2025.

Tullio Ian Marangoni de Moraes
Presidente da Câmara Municipal de Nepomuceno
Biênio 2025-2026



ACESSE AQUI A
DOCUMENTAÇÃO
NA ÍNTEGRA



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Objeto Geral: Contratação de serviços de consultoria técnica especializada para a revisão da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno, bem como, a revisão e reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Legislativo de Nepomuceno.

DEMANDA – BEM/SERVIÇO/OBRAS E/OU INSTALAÇÕES					
ITEM	OBJETO	UNID	QUAN T	V. UNITÁRIO	V. GLOBAL
001	Prestação de serviços de consultoria técnica especializada para a revisão da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno, bem como, a revisão e reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Legislativo Municipal de Nepomuceno, conforme item 1.1, 1.2 e 1.3 do Termo de Referência – Anexo I.	SV	001	R\$	R\$

1.1 Descrição dos serviços:

1.1.1 Elaborar o plano de ação para a execução do objeto, que será validado pela Câmara Municipal de Nepomuceno;

1.1.2 Realizar a análise da Legislação Municipal e das normas internas da Câmara Municipal de Nepomuceno, no que diz respeito ou interfira na revisão da estrutura organizacional e do Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo de Nepomuceno;

1.1.3 Realizar reuniões (presenciais e/ou remotas) com equipe de servidores e/ou vereadores designada pela Câmara Municipal de Nepomuceno para alinhamento do escopo e acompanhamento da execução dos serviços;

1.1.4 Realizar reuniões de sensibilização e envolvimento dos servidores, atores estratégicos, que serão demandados ao longo do projeto e/ou partes interessadas, por meio de palestras informativas relacionadas a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno;

1.1.5 Analisar a estrutura organizacional atual da administração da Câmara municipal de Nepomuceno, visando identificar distorções e promover o aprimoramento e a oferta de novas soluções relativas às demandas de competências, atividades,



responsabilidades, autoridades, comunicação, decisão, cargos, funções, atribuições, entre outras.

1.1.6 Realizar a identificação, mapeamento e diagnóstico dos processos atuais operados pela Casa Legislativa de Nepomuceno, no que tange a organização estrutural e o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Nepomuceno;

1.1.7 Estabelecer normas de Governança, Plano de Integridade, definição de Indicadores de Desempenho dos setores administrativos e outras normas necessárias a melhoria na gestão e gerencia dos recursos humanos da Câmara Municipal de Nepomuceno;

1.1.8 Elaborar proposta, em conjunto com a equipe designada pela Câmara Municipal de Nepomuceno, de nova Estrutura Organizacional (elaboração de novo organograma – especificando as unidades organizacionais e subdivisões necessárias; previsão da hierarquia com a definição de competências, responsabilidades, autoridades, comunicações, decisões, cargos, funções e/ou atribuições) e do Plano de Cargos e Salários;

1.1.9 Consolidar as informações coletadas e análises formuladas, em relatórios técnicos conclusivos;

1.1.10 Participar de evento de apresentação de resultados, com todos os atores envolvidos, inclusive com os dirigentes e técnicos, bem como, acompanhar e prestar informações necessárias às alterações que forem encaminhadas para o devido processo legislativo com a emissão de pareceres e orientações técnicas cabíveis.

1.2 Orientações gerais:

1.2.1 Os serviços levarão em consideração a necessidade de atuação de forma integrada e preverá formas da participação efetiva dos servidores da Câmara Municipal de Nepomuceno, que se tornam corresponsáveis pelo desenvolvimento, revisão e estruturação dos trabalhos. Desta maneira, procura-se evitar a adoção de medidas “prontas” que, em geral, trazem frustrações por não apresentarem soluções adequadas à realidade organizacional.

1.3 Produtos a serem entregues:

PRODUTO/DESCRIÇÃO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
01 – Plano de Ação	X		
02 – Identificação, mapeamento e fornecimento do diagnóstico dos processos atuais	X	X	
03 – Nova Estrutura Organizacional, Novo Plano de Cargos e Manual de Governança		X	X



04 – Novo Organograma alinhado a nova estrutura, contendo: o diagrama hierárquico e as relações estabelecidas e organizadas, com a correta distribuição das unidades organizacionais, a cadeia de comando e as comunicações		X	X
05 – Relatório conclusivo com as informações do objeto consolidadas e as minutas de projetos de leis, impactos orçamentários, pareceres técnicos e demais documentos inerentes à prestação de serviço.			X

2. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação se baseia no Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado para a análise da viabilidade da contratação.

2.2. A presente contratação direta fundamenta-se no inciso III, alínea “c” do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, que admite a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializadas de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, quando a singularidade do objeto e a comprovação da capacidade técnica do contratado tornarem inviável a competição.

2.3. Da solução como um todo – A solução proposta consiste na contratação de serviços de consultoria técnica especializada voltada à revisão da estrutura organizacional e à reestruturação do Plano de Cargos e Salários (PCCS) da Câmara Municipal de Nepomuceno. A medida busca promover maior eficiência administrativa, equilíbrio funcional e valorização dos servidores, garantindo que a estrutura do Legislativo esteja alinhada às exigências legais e às demandas institucionais atuais. A consultoria permitirá um diagnóstico preciso da realidade organizacional da Casa, possibilitando a redefinição de processos, atribuições e fluxos de trabalho, resultando em um modelo de gestão mais moderno e racional. A execução dos serviços compreenderá a análise detalhada do cenário interno, o levantamento de informações junto aos servidores e diretores, bem como o estudo das legislações pertinentes e das peculiaridades do Poder Legislativo Municipal. A partir dessa etapa diagnóstica, a empresa especializada elaborará propostas de reestruturação funcional e de modernização do Plano de Cargos e Salários, estruturadas em relatórios técnicos e organogramas revisados, refletindo as reais necessidades do corpo funcional e a capacidade orçamentária da instituição. O processo deverá envolver metodologias participativas que garantam o engajamento dos servidores e a legitimidade das propostas apresentadas. Desta forma, a Câmara Municipal contará com um novo modelo organizacional mais eficiente e compatível com as melhores práticas de gestão pública, além de um PCCS atualizado e juridicamente



adequado, capaz de assegurar critérios claros de progressão, valorização e desenvolvimento profissional.

2.4. Os resultados esperados com a execução da consultoria técnica especializada incluem a implantação de uma estrutura organizacional atualizada, eficiente e aderente às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Nepomuceno. Espera-se que o novo organograma proporcione maior clareza nas atribuições e relações hierárquicas, otimizando os fluxos internos de trabalho e fortalecendo a coordenação entre os setores administrativos e legislativos. Além disso, projeta-se a elaboração de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) revisado e adequado às normas vigentes, que promova a valorização dos servidores, o incentivo ao desenvolvimento profissional e a equidade na progressão funcional. O novo plano deverá estabelecer critérios objetivos e transparentes de evolução na carreira, contribuir para a motivação dos colaboradores e fortalecer a cultura de mérito e desempenho no serviço público. Como consequência geral, espera-se uma melhoria significativa na eficiência administrativa, na gestão de pessoas e na qualidade dos serviços prestados à comunidade, refletindo diretamente no fortalecimento institucional e na imagem pública do Poder Legislativo Municipal. O projeto proporcionará ainda subsídios técnicos e jurídicos sólidos para a tramitação das alterações legais necessárias, garantindo segurança e legitimidade às transformações propostas.

2.5. Diante disso, o Estudo Técnico Preliminar concluiu pela viabilidade da contratação dos objetos deste procedimento, sendo que a prestação de serviços objeto deste termo é a solução mais vantajosa, alinhada ao interesse público e institucional do Poder Legislativo de Nepomuceno.

3. DA JUSTIFICATIVA DA SITUAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTANTE DO SERVIÇO

3.1 A presente contratação enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, conforme o inciso III, alínea “c” do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, que admite a contratação direta para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, quando a sinaturalidade do objeto e a qualificação do contratado tornarem inviável a competição.

3.2 O objeto da contratação consiste na prestação de serviços de consultoria técnica especializada para a revisão da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno, bem como, para a revisão e reestruturação do Plano de Cargos e Salários (PCCS) dos servidores do Poder Legislativo Municipal. Tratando-se, portanto, de um



serviço de alta complexidade técnica, que demanda conhecimento específico em administração pública, gestão de pessoas, elaboração de planos de carreira e estruturação organizacional, com foco especial no funcionamento e nas peculiaridades das Câmaras Municipais.

3.3 A natureza singular do objeto reside na necessidade de diagnóstico aprofundado da realidade administrativo e funcional da Casa Legislativa de Nepomuceno, com a elaboração de soluções sob medida, fundamentadas em metodologias participativas e alinhadas à legislação vigente. Para garantir a eficácia desse processo, mostra-se indispensável a contratação de empresa com notória especialização comprovada na execução de projetos dessa natureza, cuja experiência técnica demonstre domínio metodológico diferenciado e resultados exitosos em instituições públicas similares. Assim, a escolha do executante justifica-se pela inviabilidade prática de competição, em razão das especificidades técnicas e da necessidade de assegurar a qualidade, a precisão e a adequação das soluções às particularidades do Poder Legislativo Municipal.

3.4 Atender a toda documentação exigida nos termos do Anexo I do presente Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A empresa contratada deverá realizar a prestação de serviços de consultoria técnica, considerando as características, condições legais e aspectos gerais da estrutura interna da Câmara Municipal de Nepomuceno. Assim, a elaboração do novo organograma institucional e do novo Plano de Cargos e Salários deverá fundamentar-se em estudo aplicado sobre o contexto e o funcionamento da estrutura administrativa da Casa Legislativa.

4.2 Conforme exigido como critério de habilitação técnica, a empresa deverá comprovar notória especialização e experiência em consultoria voltada à revisão de estruturas organizacionais e à elaboração de Planos de Cargos e Salários no âmbito do setor público.

4.3 A empresa deverá cumprir integralmente todos os requisitos técnicos, administrativos, operacionais e legais previstos nos itens 1.1, 1.2 e 1.3 do Termo de Referência constante nos autos do presente procedimento administrativo.

d) A empresa deverá apresentar justificativa do preço médio praticado, mediante a apresentação de notas fiscais, notas de empenho ou outros documentos idôneos que comprovem o valor de mercado da prestação dos serviços, demonstrando razoabilidade e compatibilidade com os valores praticados no mercado, conforme o art. 23 da Lei nº 14.133/21.



4.4 A empresa deverá atender aos requisitos de governança, integridade e transparência previstos na legislação aplicável às contratações públicas.

4.5 A empresa deverá atender a todas as condições de habilitação e de qualificação mínima exigidas para esta contratação, conforme estabelecido no Anexo I do presente Estudo Técnico Preliminar.

5. DO PREÇO GLOBAL PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O preço global para a execução dos serviços é de R\$ 52.650,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais) para a prestação de serviços de consultoria técnica especializada na revisão da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno, bem como, na revisão e reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Legislativo de Nepomuceno.

6. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A escolha da empresa INSTITUTO MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ nº 44.572.129/0001-40, fundamenta-se na apresentação completa da documentação exigida para habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, bem como na comprovação de capacidade técnica e notória especialização na área de consultoria administrativa e organizacional. A instituição demonstrou experiência comprovada em projetos de revisão estrutural e reestruturação de planos de cargos e salários em órgãos públicos, apresentando equipe técnica qualificada e histórico de atuação reconhecido, o que assegura a qualidade e a eficiência na execução dos serviços de revisão da estrutura organizacional e do Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Nepomuceno.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 A despesa decorrente da execução do objeto correrá à conta do orçamento da Câmara Municipal de Nepomuceno na dotação 2002.3.3.90.35.99 – Outros serviços de Consultoria e Assessoria.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Executar os serviços conforme especificações previstas no Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e na proposta;



8.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.3 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.4 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do objeto;

8.5 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

8.6 Cumprir com a execução dos serviços dentro dos conceitos éticos e morais, obedecendo como regra as disposições previstas no Termo de Referência.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.3. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

9.4 Atender e responder a dúvidas e necessidades apresentadas pela Contratada, dentro das condições legais e contratuais previstas e resolver os casos omissos.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento a favor do contratado será efetuado até o 5º (**quinto**) dia útil após a execução dos serviços, mediante a apresentação da respectiva **Nota Fiscal, com as devidas retenções apontadas e, se a empresa é ou não, optante pelo simples nacional e com o relatório de serviços (se for o caso)** a qual será devidamente atestada pelo setor competente. Para os fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões de habilitação mínima exigida no procedimento administrativo para a comprovação dos requisitos de habilitação.

10.2 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.



10.3 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

10.4 O pagamento será feito por meio de ordem bancária em conta a ser indicada pela contratada cuja ordem bancária dará quitação ao pagamento.

10.5 O CNPJ contido na nota fiscal/fatura emitida pela Contratada deverá ser o mesmo que estiver registrado no contrato celebrado ou instrumento equivalente, independentemente da favorecida ser matriz, filial, sucursal ou agência.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A gestão do contrato caberá a Diretora Executiva da Câmara Municipal de Nepomuceno Sra. Liliane Pereira da Silva Baldoni, conforme nomeação prevista ato de autorização do referido processo administrativo de inexigibilidade, exercendo as atividades inerentes à função. Conforme estabelecidos nas normas vigentes e no termo de referência;

11.2. A fiscalização do contrato caberá ao Diretor de Tesouraria e Financeiro da Câmara Municipal de Nepomuceno Sr. João Marcelo Hipólito de Souza, conforme nomeação prevista ato de autorização do referido processo administrativo de inexigibilidade, exercendo as atividades inerentes à função. Conforme estabelecidos nas normas vigentes e no termo de referência;

11.3. Caberá ao fiscalizador do contrato, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, visando o efetivo cumprimento do objeto contratado;

11.4. A fiscalização exercida não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Câmara Municipal de Nepomuceno ou de seus agentes e prepostos;

11.5. No que couber, aplica-se o disposto no Decreto Federal 11.246/2022, conforme autoriza o art. 187 da Lei 14.133/2021.

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à



Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item “11.1” deste instrumento as seguintes sanções, conforme previstos na Lei 14.133/2021:

12.2.1. – Advertência, quando o licitante ou contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. – Multa, de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

12.2.3 – Impedimento de licitar e contratar, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas descritas nos itens 12.1.2; 12.1.3; 12.1.4; 12.1.5; 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas descritas nos itens 12.1.8; 12.1.9; 12.1.10; 12.1.11 e 12.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2; 12.1.3; 12.1.4; 12.1.5; 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar (12.2.3), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.3. Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e os danos que dela provierem para a Administração Pública.



12.4. A aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (12.2.4) será precedida de análise jurídica e sua aplicação será de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Nepomuceno.

12.5. As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.7. A aplicação das sanções previstas no item 12.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme dispõe o §9º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

12.8. Na aplicação das sanções serão observadas as regras estabelecidas na Lei 14.133/2021, em especial o art. 157 e seguintes da referida Lei e o direito ao contraditório e ampla defesa.

13. DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO:

13.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

13.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas da contratação ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

13.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

13.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.



13.2. A extinção do contrato poderá ser:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

14. DO PRAZO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

Natureza Continuada	
Natureza Não Continuada	X
Justificativa	O serviço de consultoria técnica especializada na revisão da estrutura organizacional e na reestruturação do Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Nepomuceno é de natureza não continuada, uma vez que possui caráter pontual, com objeto e resultados delimitados no tempo. Trata-se de uma ação específica, voltada à análise, diagnóstico e elaboração de propostas técnicas que, após concluídas, não demandam manutenção periódica ou execução contínua. Assim, sua contratação visa atender a uma necessidade eventual e estratégica da Administração, não configurando atividade de rotina ou prestação permanente de serviços.

João Marcelo Hipólito de Souza
Diretor de Tesouraria e Financeiro
Câmara Municipal de Nepomuceno

15. APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

15.1. Aprovo o Termo de Referência e determino à Coordenadoria de Licitações e Contratos a realização dos atos necessários à aquisição/contratação do objeto.

Tullio Ian Marangoni de Moraes
Presidente da Câmara Municipal de Nepomuceno
Biênio 2025/2026



ANEXO II

PROPOSTA COMERCIAL

À Câmara Municipal de Nepomuceno

Assunto: Proposta Comercial

Apresentamos, a seguir, proposta comercial para a contratação de serviços de consultoria técnica especializada para a revisão da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno, bem como, a revisão e reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Legislativo de Nepomuceno.

DADOS DA EMPRESA	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
RESPONSÁVEL LEGAL:	
CPF DO RESPONSÁVEL LEGAL:	
ENDEREÇO:	
CIDADE:	
ESTADO:	
CEP:	
E-MAIL:	
TELEFONE:	
DADOS BANCÁRIOS	
BANCO:	
AGÊNCIA:	
Nº DA CONTA (COM DÍGITO):	
CONTA:	() CORRENTE () POUPANÇA
TIPO DE CONTA:	() PESSOA FÍSICA () PESSOA JURÍDICA
NOME DO TITULAR:	
CPF/CNPJ DO TITULAR:	

DEMANDA – BEM/SERVIÇO/OBRAS E/OU INSTALAÇÕES					
ITEM	OBJETO	UNID	QUAN T	V. UNITÁRIO	V. GLOBAL
001	Prestação de serviços de consultoria técnica especializada para a revisão da estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno, bem como, a revisão e	SV	001	R\$	R\$



	reestruturação do Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Legislativo Municipal de Nepomuceno, conforme item 1.1, 1.2 e 1.3 do Termo de Referência – Anexo I.				
--	--	--	--	--	--

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS

Nome do representante legal ou procurador da empresa
CPF do representante legal ou procurador da empresa
Cargo do representante legal da empresa
Assinatura preferencialmente digital (token/gov.br)



ANEXO III

Documentação para Instrução do Procedimento Administrativo de Inexigibilidade de Licitação – Art. 74, inc. III, alínea “c”.

1. Habilitação Jurídica:

- 1.1 Ato Constitutivo (contrato social, estatuto social ou requerimento de empresário); com todas as alterações ou consolidação do Ato Constitutivo;
- 1.2 Procuração dos respectivos representantes nas licitações (se for o caso);
- 1.3 Documentos com foto do representante legal e/ou do procurador (se for o caso);
- 1.4 Decreto de Autorização de Funcionamento (no caso de empresas estrangeiras que funcionam no Brasil).

2. Habilitação Fiscal e Trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2.2 Certidão Negativa de Débitos Federais;
- 2.3 Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- 2.4 Certidão Negativa de Débitos Municipais;
- 2.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (JUS);
- 2.6 Certidão Negativa de Débitos do FGTS.

3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 Certidão de Falência ou Concordata.

4. Qualificação Técnica:

- 4.1 Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo poder público ou privado relativo e/ou relacionado ao objeto da contratação.

5. Demonstração de Notória Especialização – Serviços de Natureza Intelectual:

- 5.1 Apresentação de documentos que comprove a notória especialização do profissional ou da empresa cujo conceito no campo de sua especificidade decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o respectivo serviço é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.



6. Estimativa do Valor do Objeto:

6.1 Apresentação de documentos que demonstrem a estimativa de valor dos serviços, tais como: notas fiscais, notas de empenho, contratos emitidos ou entre outros meios idôneos no período de até 1 (um) ano anterior.

7. Declaração Conjunta:

7.1 Declaração conjunta de que: a empresa atende aos requisitos de habilitação, a empresa responderá pela veracidade das informações apresentadas na forma da lei, a empresa não foi declarada inidônea por ato do Poder Público, não está impedida de transacionar com a Administração Pública, não foi apenada com rescisão de contrato, não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, que cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei, que a empresa tomou conhecimento a respeito de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações da respectiva contratação e que não emprega menor.

8. Certidão emitida pela Controladoria Geral da União:

8.1 Certidão negativa correcional (e-PAD, CGU-PAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM).

9. Certidão do Simples Nacional (se houver)

9.1 Certidão do Simples Nacional. A empresa deve-se atentar a tributação municipal nos termos do Decreto Municipal nº 1.862 de 10 de agosto de 2023 e da portaria da Câmara Municipal de Nepomuceno nº 49 de 10 de agosto de 2023.



ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONJUNTA (MODELO)

A empresa [Nome da Empresa], inscrita no CNPJ nº [Número do CNPJ], por intermédio de seu representante legal/procurador o Sr./Sra. [Nome Completo do Representante/Procurador], portador do CPF nº [Número do CPF], **DECLARA**, sob as penas da lei, que:

- a) A empresa atende aos requisitos de habilitação exigidos para participação do presente procedimento de contratação, conforme estabelecido na legislação vigente e na Lei Federal nº 14.133/21;
- b) A empresa é responsável pela veracidade das informações apresentadas, assumindo total responsabilidade por qualquer erro ou omissão, nos termos da lei;
- c) A empresa não foi declarada inidônea por ato do Poder Público, não está impedida de transacionar com a Administração Pública e não foi apenada com rescisão de contrato, conforme determinado pelas disposições legais aplicáveis;
- d) A empresa não incorre em nenhuma das condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública;
- e) A empresa cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, conforme estabelecido na legislação pertinente;
- f) A empresa tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias para o cumprimento das obrigações relacionadas à contratação em questão.
- g) A empresa declara, para fins do disposto do inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, c/c pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, salvo na condição de aprendiz a partir de dezesseis anos, quando necessário.

Cidade, Estado, ____ de _____ de 2025.

Nome do representante legal ou procurador da empresa

CPF do representante legal ou procurador da empresa

Cargo do representante legal da empresa



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ____

Pelo presente INSTRUMENTO DE CONTRATO, por um lado, a **CÂMARA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO**, com sede na Praça Padre José, 100, centro, nesta cidade de Nepomuceno, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04.812.292/0001-18, neste ato representado pelo **Presidente da Câmara Municipal, SR. TULLIO IAN MARANGONI DE MORAIS**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 149.911.336-61, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado,

_____, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e avençado o presente instrumento de Contrato Administrativo, vinculado a Inexigibilidade de Licitação nº ____, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1 – OBJETO:

1.1. O presente contrato tem como objeto _____.

CLÁUSULA 2 – DA FINALIDADE:

2.1. A presente contratação será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no inciso III, alínea “c”, do artigo 74 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que estabelece a possibilidade de contratação direta quando houver inviabilidade de competição. Essa modalidade se justifica pelo fato de que o objeto da contratação, devido à sua natureza singular ou à exclusividade de fornecimento, não permite a comparação entre propostas ou a realização de um processo licitatório competitivo. Dessa forma, assegura-se a presente contratação como a seleção da solução mais adequada às necessidades específicas da administração pública, garantindo eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.

CLÁUSULA 3 – DA VINCULAÇÃO AO ATO E À PROPOSTA:

O presente contrato fica vinculado ao ato de autorização da contratação direta e à respectiva proposta comercial contratada, nos termos do art. 92, II da Lei 14.133/2021,



conforme consta no Processo Administrativo nº _____, Inexigibilidade de Licitação nº _____.

CLÁUSULA 4 – DA EXECUÇÃO:

4.1. A execução do contrato ocorrerá conforme a prestação dos serviços especificados no item 1 do Termo de Referência e demais documentos constantes deste processo de contratação, sendo:

4.1.1 Elaborar o plano de ação para a execução do objeto, que será validado pela Câmara Municipal de Nepomuceno;

4.1.2 Realizar a análise da Legislação Municipal e das normas internas da Câmara Municipal de Nepomuceno, no que diz respeito ou interfira na revisão da estrutura organizacional e do Plano de Cargos e Salários do Poder Legislativo de Nepomuceno;

4.1.3 Realizar reuniões (presenciais e/ou remotas) com equipe de servidores e/ou vereadores designada pela Câmara Municipal de Nepomuceno para alinhamento do escopo e acompanhamento da execução dos serviços;

4.1.4 Realizar reuniões de sensibilização e envolvimento dos servidores, atores estratégicos, que serão demandados ao longo do projeto e/ou partes interessadas, por meio de palestras informativas relacionadas a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Nepomuceno;

4.1.5 Analisar a estrutura organizacional atual da administração da Câmara municipal de Nepomuceno, visando identificar distorções e promover o aprimoramento e a oferta de novas soluções relativas às demandas de competências, atividades, responsabilidades, autoridades, comunicação, decisão, cargos, funções, atribuições, entre outras.

4.1.6 Realizar a identificação, mapeamento e diagnóstico dos processos atuais operados pela Casa Legislativa de Nepomuceno, no que tange a organização estrutural e o Plano de Cargos e Salários da Câmara Municipal de Nepomuceno;

4.1.7 Estabelecer normas de Governança, Plano de Integridade, definição de Indicadores de Desempenho dos setores administrativos e outras normas necessárias a melhoria na gestão e gerencia dos recursos humanos da Câmara Municipal de Nepomuceno;



4.1.8 Elaborar proposta, em conjunto com a equipe designada pela Câmara Municipal de Nepomuceno, de nova Estrutura Organizacional (elaboração de novo organograma – especificando as unidades organizacionais e subdivisões necessárias; previsão da hierarquia com a definição de competências, responsabilidades, autoridades, comunicações, decisões, cargos, funções e/ou atribuições) e do Plano de Cargos e Salários;

4.1.9 Consolidar as informações coletadas e análises formuladas, em relatórios técnicos conclusivos;

4.1.10 Participar de evento de apresentação de resultados, com todos os atores envolvidos, inclusive com os dirigentes e técnicos, bem como, acompanhar e prestar informações necessárias às alterações que forem encaminhadas para o devido processo legislativo com a emissão de pareceres e orientações técnicas cabíveis.

4.2 Orientações gerais:

4.2.1 Os serviços levarão em consideração a necessidade de atuação de forma integrada e preverá formas da participação efetiva dos servidores da Câmara Municipal de Nepomuceno, que se tornam corresponsáveis pelo desenvolvimento, revisão e estruturação dos trabalhos. Desta maneira, procura-se evitar a adoção de medidas “prontas” que, em geral, trazem frustrações por não apresentarem soluções adequadas à realidade organizacional.

4.3 Produtos a serem entregues:

PRODUTO/DESCRIÇÃO	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
01 – Plano de Ação	X		
02 – Identificação, mapeamento e fornecimento do diagnóstico dos processos atuais	X	X	
03 – Nova Estrutura Organizacional, Novo Plano de Cargos e Manual de Governança		X	X
04 – Novo Organograma alinhado a nova estrutura, contendo: o diagrama hierárquico e as relações estabelecidas e organizadas, com a correta distribuição das unidades organizacionais, a cadeia de comando e as comunicações		X	X
05 – Relatório conclusivo com as informações do objeto consolidadas e as minutas de projetos de leis, impactos orçamentários, pareceres técnicos e demais documentos inerentes à prestação de serviço.			X

CLÁUSULA 5 – DO VALOR DO SERVIÇO:



5.1. O valor da contratação, conforme vinculação ao aviso de contratação e proposta apresentada pelo contratado é de R\$ _____, sendo o valor mensal unitário de R\$ _____.

CLÁUSULA 6 – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1. O pagamento a favor do contratado será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após a execução do objeto contratado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal, com as devidas retenções apontadas e, se a empresa é ou não, optante pelo simples nacional, a qual será devidamente atestada pelo setor competente.

6.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

6.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

6.4. O pagamento será feito por meio de ordem bancária em conta-corrente nº _____, Agência: _____, Banco _____, de titularidade da CONTRATADA, a seguir discriminada, cuja ordem bancária dará quitação ao pagamento.

6.5. O CNPJ contido na nota fiscal/fatura emitida pela Contratada deverá ser o mesmo que estiver registrado no contrato celebrado ou instrumento equivalente, independentemente da favorecida ser matriz, filial, sucursal ou agência.

6.6. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA 7 – DA DOTAÇÃO:

7.1. A despesa decorrente da execução do objeto correrá à conta do orçamento da Câmara Municipal de Nepomuceno, Minas Gerais, na dotação abaixo discriminada:

_____.

CLÁUSULA 8 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

8.1 O prazo de vigência do CONTRATO é de _____, contados a partir da data de sua assinatura, com possibilidade de prorrogação.

8.2 A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

8.3 O CONTRATO não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido



penalizada com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar, observadas as abrangências e os limites temporais de aplicação, sendo excepcionalmente admitida a prorrogação, pelo período mínimo necessário à conclusão de um novo certame, de modo a evitar a descontinuidade do fornecimento ou o custo de uma contratação emergencial.

8.4 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a prorrogação.

CLÁUSULA 9 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste documento e na proposta;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.4. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do objeto;

9.5. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

9.6. Cumprir com a execução dos serviços dentro dos conceitos éticos e morais, obedecendo como regra as disposições previstas no Termo de Referência;

9.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA 10 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para



a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.3. Oferecer à Contratada todas as informações e/ou documentações necessárias para a execução dos serviços;

10.4. Realizar o recebimento da nota fiscal, apurar a execução dos serviços e realizar a devida liquidação e pagamento dos serviços/bens, se prestados/entregues, conforme condições previstas no Termo de Referência do presente procedimento de contratação.

CLÁUSULA 11 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item “10.1” deste instrumento as seguintes sanções, conforme previstos na Lei 14.133/2021:

11.2.1. – Advertência, quando o licitante ou contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. – Multa, de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

11.2.3 – Impedimento de licitar e contratar, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas descritas nos itens 11.1.2; 11.1.3; 11.1.4; 11.1.5; 11.1.6 e 11.1.7, quando



não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.2.4 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas descritas nos itens 11.1.8; 11.1.9; 11.1.10; 11.1.11 e 11.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.2; 11.1.3; 11.1.4; 11.1.5; 11.1.6 e 11.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar (11.2.3), e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.3. Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; e os danos que dela provierem para a Administração Pública.

11.4. A aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (11.2.4) será precedida de análise jurídica e sua aplicação será de competência exclusiva do Presidente da Câmara Municipal de Nepomuceno.

11.5. As sanções de Advertência, Impedimento de licitar e contratar e Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a sanção de multa.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.7. A aplicação das sanções previstas no item 10.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, conforme dispõe o §9º do art. 156 da Lei 14.133/2021.

11.8. Na aplicação das sanções serão observadas as regras estabelecidas na Lei 14.133/2021, em especial o art. 157 e seguintes da referida Lei e o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA 12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

12.1. A gestão do contrato caberá a Sr. _____, conforme nomeação prevista ato de autorização do referido processo administrativo de dispensa de licitação, exercendo as atividades inerentes à função. Conforme estabelecidos nas normas vigentes e no termo de referência;



12.2. A fiscalização do contrato caberá ao Sr. _____, conforme nomeação prevista ato de autorização do referido processo administrativo de dispensa de licitação, exercendo as atividades inerentes à função. Conforme estabelecidos nas normas vigentes e no termo de referência;

12.3. Caberá ao fiscalizador do contrato, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, visando o efetivo cumprimento do objeto contratado;

12.4. A fiscalização exercida não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade, inclusive perante terceiros e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da Câmara Municipal de Nepomuceno ou de seus agentes e prepostos;

12.5. Compete ao Fiscal de Contrato:

12.5.1. Acompanhar e fiscalizar rigorosamente a execução dos serviços/produtos objeto deste contrato, verificando o cumprimento dos prazos, especificações técnicas e demais condições estabelecidas;

12.5.2. Realizar visitas periódicas aos locais de execução dos serviços/produtos para verificar a qualidade e o andamento das atividades contratadas, se for o caso;

12.5.3. Emitir relatórios de fiscalização detalhando as atividades realizadas, as eventuais não conformidades encontradas e as medidas corretivas adotadas, quando necessário;

12.5.4. Comunicar à Contratante quaisquer irregularidades, atrasos ou descumprimentos contratuais identificados durante a fiscalização, solicitando as providências cabíveis para a regularização da situação;

12.5.5. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

12.5.6. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.5.7. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

12.5.8. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.5.9. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;



12.5.10. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

12.6. Compete ao Gestor do Contrato:

12.6.1. Coordenar as atividades de fiscalização, acompanhando os registros realizados pelo fiscal do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência

12.6.2. Comunicar às contratadas quaisquer irregularidades ou descumprimentos identificados durante a execução do contrato, concedendo-lhe prazo para a devida regularização, quando cabível;

12.6.3. Prestar os esclarecimentos necessários à Contratada, bem como fornecer as orientações pertinentes para a adequada execução do contrato;

12.6.4. Atuar como intermediário entre as partes para dirimir eventuais dúvidas ou controvérsias relacionadas à interpretação ou execução deste contrato;

12.6.5. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, realizando as devidas comunicações, se necessário;

12.6.6. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso.

12.6.7. Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais

12.5. No que couber, aplica-se o disposto no Decreto Federal 11.246/2022, conforme autoriza o art. 187 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA 13 – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO:

13.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

13.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas da contratação ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

13.1.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;



13.1.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

13.1.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

13.1.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

13.1.6. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

13.1.7. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

13.2. A extinção do contrato poderá ser:

13.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

13.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração.

13.3. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA 14 – DA PUBLICAÇÃO DO INSTRUMENTO DE CONTRATO:

14.1 O presente contrato estabelece que a sua íntegra será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas aplicáveis, no prazo indicado no ordenamento jurídico.

14.2 Além da publicação no PNCP, a Contratante se compromete a promover a divulgação do contrato em outros órgãos de veiculação de alcance nacional, regional ou local, conforme necessário para garantir a transparência e o acesso público à informação.

14.3 A publicação do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) deverá incluir todas as cláusulas, condições e anexos que o integram, assegurando a completa compreensão e transparência quanto aos direitos, deveres e obrigações das partes contratantes.

CLÁUSULA 15 – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

15.1. Aplica-se a este contrato, inclusive quanto aos casos omissos, o disposto na Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e demais normas que regem o direito público,



aplicando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA 16 – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS:

16.1. O CONTRATADO declara estar ciente de que o presente instrumento de contrato, bem como todos os documentos pertinentes à contratação serão publicados, em inteiro teor, no Portal Nacional das Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal de Nepomuceno/MG, em obediência à legislação e aos princípios da legalidade, publicidade e transparência. Além disso, os respectivos documentos e informações serão fornecidos aos órgãos de controle e de fiscalização, sempre que necessário para cumprimento das obrigações legais e/ou quando requisitados.

16.2. O tratamento dos dados fornecidos deverá atender às finalidades do contrato, vedado o tratamento para finalidades distintas.

CLÁUSULA 17 – DO FORO:

17.1. As partes elegem o foro da Comarca de Nepomuceno, Minas Gerais, para dirimir as questões porventura derivadas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim ajustados e contratados, firmam as partes o presente contrato que é feito em três vias de igual teor e para um mesmo efeito. As partes expressamente concordam que este contrato poderá ser assinado digitalmente/eletronicamente, nos termos da MP 2.200-2 de 24 de Agosto de 2021 e Lei 14.063/2020. Ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas nos termos do inciso II e §4º do art. 784 do CPC.

Nepomuceno, Minas Gerais, ____ de _____ de 2025.

Tullio Ian Marangoni de Moraes
Presidente da Câmara Municipal

Representante Legal da Empresa
Razão Social da Empresa

Assinantes

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse
o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

1VG**Y47****8Y2****9DN**